

Ata n.º 21

Sessão Ordinária

Ao vigésimo nono dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte, pelas vinte e uma horas, no Salão Nobre dos Bombeiros Voluntários de Belas, sito na Rua Eduardo Ferreira Pinto Basto, 4, em Belas, reuniu a Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas, em Sessão Ordinária convocada pela sua Presidente, Ana Brinco, com a seguinte Ordem do dia: -----

1. Apreciar e votar as actas das reuniões anteriores;-----
2. Apreciar, nos termos da alínea e) do n.º 2 do art.º 9 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Informação Escrita da Presidente da Junta de Freguesia e respetiva Informação Financeira referente ao 3.º Trimestre de 2020; -----
3. Tratamento de assuntos de interesse da freguesia, relevantes e urgentes, desde que, pela sua oportunidade não possam transitar para a próxima reunião. -----

Estiveram presentes os elementos da Assembleia de Freguesia constantes da respetiva lista de presenças, que se anexa. -----

Verificada a existência de quórum, a Presidente da Mesa da Assembleia abriu a sessão pedindo a todos os presentes para manterem as máscaras colocadas durante toda a sessão e o distanciamento, garantindo assim, a segurança de todos. De seguida, deu início ao período destinado ao público. Não havendo inscrições do público, deu conhecimento das substituições que foram pedidas e informou que o expediente recebido havia já sido enviado a todos os vogais por *e-mail*. De seguida, perguntou se alguém queria intervir e deu a palavra ao senhor vogal Jorge José. -----

O vogal Jorge José (BE) cumprimentou todos os presentes e informou que iria fazer uma intervenção em nome pessoal e dizia respeito ao estado da freguesia (doc. em anexo). Relativamente ao ponto que respeitou ao Salão Polivalente de Belas informou que sabia existir um protocolo de dois mil e nove e, portanto, para não estar a «falar de cor» queria saber a posição da Junta de Freguesia porque teve conhecimento que foram feitas obras nesse local e que a União dos Reformados foi informada «em cima da hora» existindo um descontentamento latente. Referiu que o *site* da União de Freguesias informava não haver equipamentos mas vendeu o equipamento em frente à igreja e depois dizem que não havia equipamentos porque eles estavam instalados na escola mas a escola vai ser o Centro de Saúde e ocupa-se o Salão Polivalente com a Loja Social. Considerou que eram assuntos que deviam ter sido esclarecidos numa Assembleia de Freguesia, por uma questão de ética política e moral e que a população de Belas deveria saber.-----

A Presidente da Mesa informou que tinham dado entrada na mesa três moções e que estas deveriam ter sido apreciadas e votadas antes a intervenção do senhor vogal Jorge José mas, por lapso, assim não aconteceu e, de seguida, deu a palavra à Presidente da Junta de Freguesia.-----

A Presidente da Junta de Freguesia cumprimentou todos os presentes e agradeceu a presença de todos tendo em conta a situação pandémica e referiu que todos os presentes tentaram de forma segura desempenhar as respectivas funções, nomeadamente, a Assembleia de Freguesia, que é o órgão, por excelência, da freguesia. Agradeceu aos Bombeiros Voluntários de Belas pela cedência da sala onde se encontram para a realização

Assembleia de Freguesia de Quéluz e Belas

daquela sessão e referiu que contam sempre com as associações humanitárias dos bombeiros voluntários quer de Quéluz quer de Belas para todas as situações em que exista essa necessidade e, de facto, a realização das assembleias de freguesia, têm sido um momento importante, para que num espaço digno possam receber a população e dar a conhecer as iniciativas deles, o que estão a fazer e, também, acolher as preocupações e solicitações que lhes sejam transmitidas. Respondendo ao senhor vogal Jorge José agradeceu as questões por ele colocadas referiu que apenas é Presidente da Junta de Freguesia de Quéluz e Belas, não faz parte do Governo e, portanto, existem muitas questões que ela não pode responder directamente nem com conhecimento de causa, apenas lhe pode dizer o que é feito em Quéluz e Belas e relativamente ao hospital essa situação já está ultrapassada, o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Sintra, no seu devido momento, chamou a atenção porque Sintra é o segundo maior concelho do país e exigem ser reconhecidos enquanto tal e, portanto, a situação do hospital está devidamente ultrapassada. Relativamente à questão dos cortes da água e outros e do apoio das pessoas que estão numa situação de maior vulnerabilidade, a Câmara Municipal de Sintra aprovou diversos apoios no sentido de impedir que essas pessoas pudessem por este motivo, o não pagamento quer da água quer da luz, ficar ainda mais vulneráveis. Em Sintra foram adoptados todos os procedimentos e apoios possíveis. Referiu que o Governo também prorrogou as moratórias e outras iniciativas a bem de todos e que essas situações estão a ser devidamente acauteladas, mas também sabe que não vão conseguir chegar a todas as situações e o Governo também não, mas o que puder ser feito, terá que ser feito. Em relação aos CTT diz não entender as preocupações manifestadas pelo senhor vogal porque os CTT são uma empresa privada e, serão eles que terão que responder por isso. De facto, eles até podiam responder pelos CTT, isto é, pelo serviço postal que prestam na delegação no Casal da Barota, mas os serviços são prestados nas instalações da Junta e quem gere as instalações é a Junta de Freguesia e é, por isso mesmo, que a Junta de Freguesia de Quéluz e Belas não fez como os CTT, não encerrou o horário de funcionamento no período da tarde porque os CTT, como sabe, só funcionam durante o período da manhã e eles tiveram sempre os serviços a funcionar e continuarão a ter. Respondeu depois à questão do Centro de Saúde e da população utilizar ou não os centros de saúde, informando que tem conhecimento que existem consultas a ser marcadas por *e-mail* e, portanto, houve um período em que existiu alguma dificuldade nos atendimentos, foi necessário definir prioridades e a Junta de Freguesia sabe que as marcações estão a ser feitas via *e-mail*, muitas não são presencialmente e são adiadas mas são feitas via *e-mail*. Depois, referiu que o vogal colocou uma questão muito concreta, relativa a um protocolo de dois mil e nove e da deslocação da Boutique Social e respondeu que precisamente naquele Salão, numa Assembleia de Freguesia anterior, aquela questão foi levantada pelo Presidente da URPIB e que ele esteve presente e soube qual foi a resposta que a Junta de Freguesia deu mas, explicou novamente, porque estavam vogais na Assembleia de Freguesia presentes pela primeira vez e outros que não estavam nessa Assembleia, que as instalações da Rua Leão de Oliveira, onde a URPIB estava a funcionar são da titularidade da Junta de Freguesia e a URPIB tem estado a funcionar naquele espaço e nunca ninguém levantou qualquer problema e não percebe as insinuações de que aquilo foi feito acima da hora, se forem ver a acta da Assembleia de Freguesia onde a questão foi suscitada perceberão que eles explicaram o que é que sucedeu. Na altura, o objectivo deles não era que as instalações fossem ocupadas para aquele fim, mas a intenção já era, desde o ano passado, de utilizar aquele espaço que já não tem condições nenhuma para se realizar assembleias de freguesia referindo que os próprios vogais estão cientes disso e que muitos

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

manifestaram a dificuldade que tinham em conseguir estar naquele espaço nas assembleias de freguesia. Já em Outubro de dois mil e dezanove, a Junta de Freguesia de Queluz e Belas, nomeadamente, ela própria, acompanhada da Senhora vogal Ana Pacheco numa reunião com o Senhor Presidenta da URPIB informaram que iriam precisar daquelas instalações, portanto, nada aconteceu ao acaso. Posteriormente, quando tiveram que tomar a decisão de ocupar o espaço para a Boutique Social falaram com o Senhor Presidente, inclusivamente, ela enviou-lhe um *e-mail*, há registos de toda aquela correspondência, no sentido de tirarem do local tudo o que lhes pertencesse, posteriormente, renovaram o pedido e aquilo foi feito. As instalações são da Junta de Freguesia, a URPIB está fechada, por motivos alheios à vontade deles, mas continuam com o espaço onde se realizavam os almoços e os lanches de confraternização. A Junta precisou daquele espaço para colocar a Boutique Social porque o Centro de Saúde de Belas está a avançar e eles, tal como o *rugby*, estavam a ocupar instalações municipais que naquele momento são necessárias para o próprio Centro de Saúde de Belas e, neste momento de pandemia, aquela Boutique Social presta serviços fundamentais aos fregueses, uma vez que é lá que está instalado o GIP – Gabinete de Inserção Profissional, entre outros e os senhores vogais têm conhecimento disso através dos relatórios trimestrais.

A Presidente da Mesa informou que deram entrada na mesa uma moção do Bloco de Esquerda intitulada «Saudação à Escola Pública» e duas da CDU «Repór as freguesias extintas – um imperativo democrático» e «Suplemento de insalubridade, penosidade e risco» e pediu a um dos vogais da bancada do Bloco de Esquerda que lesse a respectiva moção «Saudação à Escola Pública» (doc. em anexo).

Depois de lida a moção da bancada do Bloco de Esquerda foi a sua admissão colocada a votação.

Votação: A favor 19 (PS – 9; PSD – 2; CDU – 3; BE – 2; CDS – 1; Ana Brinco – 1; Glória Albuquerque – 1).

A moção foi admitida por unanimidade.

Não havendo intervenções sobre a moção foi a mesma colocada a votação.

Votação: A favor 19 (PS – 9; PSD – 2; CDU – 3; BE – 2; CDS – 1; Ana Brinco – 1; Glória Albuquerque – 1).

A moção foi aprovada por unanimidade.

A Presidente da Mesa pediu a um dos vogais da bancada da CDU que lesse a moção «Repór as freguesias extintas – um imperativo democrático» (doc. em anexo).

O vogal Carlos Rocha (CDU) leu a moção.

Depois de lida a moção foi a sua admissão colocada a votação.

Votação: A favor 19 (PS – 9; PSD – 2; CDU – 3; BE – 2; CDS – 1; Ana Brinco – 1; Glória Albuquerque – 1).

A moção foi admitida por unanimidade.

A vogal Glória Albuquerque (Independente) pediu a palavra e cumprimentou todos os presentes. Relativamente à moção informou que apenas queria explicar à bancada da CDU o seu sentido de voto. Referiu que se iria abster, apenas por uma razão, efectivamente, a extinção das freguesias trouxe grandes desafios para as novas freguesias, trouxe vários atropelos e várias e duras exigências já que as áreas são muito maiores, a população é muito maior também e, por isso, trouxe vários desafios mas também disse que aquele não era o momento certo, atendendo ao momento que estão a atravessar, com tantas exigências a nível social, económico, do emprego, entende que naquele momento não era de se agendar uma discussão como aquela e que seria, no fundo, trazer algo secundário, na opinião dela, num momento tão difícil como o que o mundo atravessa e Portugal, em especial, está a atravessar. Entende que as freguesias acabaram por se readaptar e as

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

juntas também, o que não significa que no futuro não se traga este assunto à «Ordem do Dia» mas, naquele momento, não o considera prioritário e por isso vai abster-se. -----

A Presidente da Mesa colocou a votação a primeira moção apresentada pela bancada da CDU. -----

Votação: A favor 5 (CDU - 3; BE - 2), Contra 10 (PS - 9; CDS - 1), Abstenção 4 (PSD - 2; Ana Brinco - 1; Glória Albuquerque - 1). -----

A moção foi rejeitada. -----

A Presidente da Mesa pediu a um dos vogais da bancada da CDU que lesse a moção «Suplemento de insalubridade, penosidade e risco» (doc. em anexo).-----

A vogal Helena Freitas (CDU) começou por cumprimentar todos os presentes e leu a moção.-----

Depois de lida a moção foi a sua admissão colocada a votação. -----

Votação: A favor 19 (PS - 9; PSD - 2; CDU - 3; BE - 2; CDS - 1; Ana Brinco - 1; Glória Albuquerque - 1). -----

A moção foi admitida por unanimidade. -----

O vogal Pedro Caldeira (PS) pediu a palavra, saudou todos os presentes e referiu que o sentido de voto da bancada do PS em relação àquela moção seria contra por uma razão muito simples, aquele assunto é matéria da competência do Governo.-----

O vogal Jorge José (BE) pediu a palavra e referiu que ficou surpreendido com o PSD, não com o PS em relação à primeira moção da CDU porque o PS segue as orientações e a Presidente da Mesa interrompeu-o informando que a intervenção que o vogal estava a iniciar deveria ter sido feita quando foi discutida a primeira moção e não naquele momento, naquele momento já estavam a apreciar a segunda moção da CDU.-----

A vogal Helena Freitas (CDU) referiu que relativamente à segunda moção e quanto ao que o senhor vogal do PS ali disse, ela já o disse várias vezes, em outras ocasiões, considera que uma das responsabilidades dos vogais da Assembleia de Freguesia é também fazerem recomendações e as próprias moções para chegarem à Câmara, para chegarem à Assembleia da República e, por isso, é que no fim das moções se coloca «enviar a estes e estes, etc». Considerou ser importante que a Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas se pronunciasse sobre este tema. A freguesia tem trabalhadores a varrer ruas sem este suplemento, sem ganharem mais por isso, principalmente na altura da pandemia. Considerou que tinham a responsabilidade, também pelos funcionários das autarquias a que pertencem e, por isso, votar contra aquela moção é uma irresponsabilidade porque ninguém está a reclamar nada de mais, estão apenas a reclamar uma regulamentação digna. Referiu que é obrigação deles, enquanto eleitos das freguesias reclamar pelos direitos dos trabalhadores das próprias freguesias e do município.-----

O vogal Jorge José (BE) informou que teve a honra de ter negociado, através do seu sindicato, com a Senhora Doutora Edite Estrela aquela matéria e que hoje em dia o Município de Sintra tem trabalhadores dessa época que recebem o subsídio de insalubridade, penosidade e risco nas funções que lhes são adstritas. O PS nalguns aspectos tem pessoas de elevado nível e, de facto, aquela negociação encontra-se no Parlamento e, se não seguiu para a frente, há uns anos atrás, isso ficou a dever-se a uma questão financeira, mas no concelho de Sintra, a situação só não é aplicada aos restantes trabalhadores que entraram posteriormente porque é uma questão legal. Sente orgulho que tenha sido Sintra a negociar aquela matéria e lamentou que o PS não discuta aquele assunto e se acabe com a injustiça que é feita a todos os trabalhadores com baixo salário.-----

O vogal Pedro Caldeira (PS) referiu que depois da intervenção do vogal do Bloco de Esquerda ficou bem

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

marcada a razão pela qual se pronunciaram que iam votar contra, por ser matéria de competência do Governo, e se já está no Parlamento a situação a ser discutida, considerou ser despiciente estarem naquela Assembleia a discuti-lo, naquele momento e, não estão a discutir só a situação dos funcionários da autarquia de Sintra mas de todas as autarquias locais do país, portanto, não faz sentido estarem ali a tratar daquele assunto quando ele já está em curso.-----

O vogal Octávio Costa (CDS) cumprimentou todos os presentes e referiu que apenas quer justificar o seu voto, que será contra, porque, efectivamente além de ultrapassar as competências daquela Assembleia aquele tipo de moção e compreende que seja uma moção de recomendação, não obstante, não consegue compreender qual é que é o conceito de insalubridade, penosidade e risco que ali foi apresentado e repetido diversas vezes e não compreendeu nenhum dos três e todos eles afectos aos trabalhadores das autarquias e questionou qual é o critério de risco e se um empregado de um café, dada a pandemia que está a decorrer, não terá um risco ainda maior do que um funcionário público, por exemplo, da gestão de resíduos urbanos e acrescentou se a função privada deve seguir as recomendações da função pública, mais tarde, com a fragilidade que já existe no tecido empresarial privado, estamos a extinguir mais ainda o comércio local na União das Freguesias de Queluz e Belas do que propriamente a proteger os trabalhadores daquela autarquia. O seu voto será contra, primeiramente por não compreender qual a competência daquele órgão para fazer aquele tipo de recomendação ao Governo, dado que é uma competência do Governo Central e por não compreender qual o critério objectivo quando se trata de insalubridade, penosidade e risco.-----

Findas as intervenções, a Presidente da Mesa colocou à votação a moção «Suplemento de insalubridade, penosidade e risco».-----

Votação: A favor 5 (CDU – 3; BE – 2), Contra 13 (PS – 9; PSD – 2; CDS – 1; Ana Brinco – 1), Abstenção 1 (Glória Albuquerque – 1).-----

A moção foi rejeitada.-----

A Presidente da Mesa deu a palavra ao vogal Octávio Costa (CDS) que referiu ser a primeira Assembleia de Freguesia em que está presente e, portanto, pretendia fazer alguns reparos, nomeadamente, dado o seu percurso como líder partidário no concelho de Sintra e, também, como freguês. Deixou uma primeira nota referindo que a comunicação da Junta de Freguesia de Queluz e Belas poderia funcionar melhor e disse-o tanto como dirigente partidário como freguês. Disse ter sido mais fácil chegar ali e ter sido eleito do que chegar à Junta de Freguesia para apresentar um projecto. Nunca lhe responderam, os *e-mails* foram sempre encaminhados, provavelmente, para o lixo e continua à espera de muitas respostas por parte da Juventude Popular de todos os *e-mails* que foram feitos chegar ao Executivo e também por parte de projectos de grupos de jovens independentes que se têm tentado aliar a alguns movimentos como por exemplo, a «Associação Pendão em Movimento» que se mostrou celeremente disponível para contribuir para esses projectos, não obstante, o Executivo não o fez. Aquela não é uma situação que derive da pandemia, é uma situação que se arrasta há alguns anos e dado o seu percurso académico deve lembrar, também, que a Junta de Freguesia é o órgão político mais próximo das populações, portanto, tem a obrigação estatutária de responder às preocupações, anseios e medos da população, bem como, também aos seus projectos e às suas visões para a sua freguesia. Uma outra nota tinha a ver com os serviços públicos, que não serão da competência deles, mas não estão a funcionar e os que lhes são mais próximos são os serviços públicos sites na Avenida Doutor Miguel

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

Bombarda, mas o estacionamento, como é apanágio da Junta de Freguesia, não funciona, não é suficiente, é completamente incapaz e onde existem mais lugares destinados a pessoas portadoras de deficiência do que pessoas portadoras de deficiência, tal como, na Rua José Afonso onde existem sete lugares para pessoas portadoras de deficiência e, curiosamente, existem três pessoas portadoras de deficiência, pelo que esses lugares são ocupados por moradores e, depois, são aleatoriamente multados, porque há dias em que as autoridades o decidem fazer, outros nem tanto, até porque os agentes quando não têm lugar à frente da esquadra, também eles, ocupam os lugares destinados às pessoas portadoras de deficiência. Já que estava a falar de mobilidade urbana e de estacionamento tinha que falar sobre a gestão que é feita dos espaços públicos circundantes à estação da CP de Queluz-Belas, isto, porque o Centro Comercial D. Maria que se encontra próximo e, presumo que todos saibam qual a situação do mesmo quer a nível de degradação como de incumprimento, não só de regras sociais impostas pela pandemia mas, mesmo anteriormente, a manutenção de segurança e que acaba por ser um ponto de convívio para os habitantes do Pendão e, muitas das vezes também, como se tem visto noticiado, um polo de prevaricação porque acabam por acontecer ali assaltos, assédios, já para não falar que alguns deles têm que comprar o título de transporte, outros demais não será necessário, o título de transporte é apenas acessório e optativo. Voltando aos serviços públicos mas nesta toma de serviços privados, como é que tentam reforçar as normas que são aplicadas à situação que se vive na pandemia, ou seja, estes serviços públicos atendem somente com marcação, os correios atendem apenas duas ou três pessoas dentro do estabelecimento mas as filas fora dos estabelecimentos acabam por aglomerar dezenas de pessoas, pelo que, parece-lhe um pouco inútil, estar a acompanhar um processo qualquer dentro dum serviço público, qualquer que seja, se cá fora é que se reúnem as populações e que acaba por haver uma maior taxa de contágio. Falando no estacionamento e, referiu que fez uma breve pesquisa, o protocolo que está previsto para a reabilitação da «Escola E. B. 1 n.º 1 de Belas» para ser um centro de atendimento de apoio médico e, também neste caso, se coloca o problema do estacionamento em «segunda fila». Naquela zona não há estacionamento, sendo um centro médico como será feito o transporte e questionou se será de ambulância ou até a própria consulta dos utentes, vão estacionar o carro onde, questiona e responde em seguida, que presume que à semelhança da Rua José Afonso a solução seja esperar mais um ano pelas eleições e aí irá haver um estacionamento que mais uma vez foi feito o projecto sem consulta prévia nenhuma da população e, isto, porque existia um estacionamento à beira da ribeira de Carenque que foi recuperado e está muito bonito mas, isto também significa que foram subtraídos cerca de quarenta lugares num sítio onde, efectivamente, já não havia lugares mas pode-se dizer que é trabalho feito e questionou se era aquele o plano daquele Executivo para o projecto que estava a ser feito na «Escola E. B. 1 n.º 1 de Belas». Deixou uma última nota para concluir e tem a ver com a gestão dos espaços verdes. Referiu que aquela matéria foi transferida para a tutela da Junta de Freguesia, algo com que ele concorda e deixa uma nota de apreço para a recuperação que foi feita no espaço verde que se encontra à frente dos «Bombeiros Voluntários de Queluz», não obstante, foi feita uma recuperação da flora mas não foi feita uma recuperação efectiva da fauna porque as baratas na ribeira de Carenque continuam, as baratas que invadem as habitações próximas da ribeira de Carenque continuam lá e quando fala da fauna fala do símbolo que começa a ser o símbolo da cidade nas redes sociais que será o javali que continua por ali, referiu ainda que o mesmo apareceu nos tempos do COVID e questiona se o mesmo vai desaparecer durante ou depois do COVID.-----

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

A Presidente da Mesa deu a palavra à Presidente da Junta que agradeceu a presença do senhor vogal Octávio Costa naquelas Assembleias de Freguesia e referiu que gostava que o senhor vogal, sendo freguês de Queluz e Belas e tendo tido sempre a oportunidade de assistir àquelas Assembleias de Freguesia, tivesse acompanhado e ouvido, indirectamente, tudo aquilo que tem sido abordado naquelas Assembleias de Freguesia e todos os projectos que têm sido feitos e discutidos perante aquele órgão, que é o órgão deliberativo e fiscalizador do funcionamento da Junta de Freguesia. Começou por responder que a Junta de Freguesia não aprecia projectos do CDS ou da Juventude Centrista, da CDU ou do PS, do PSD ou do BE. A Junta de Freguesia aprecia projectos que são apresentados pelos cidadãos através do «Orçamento Participativo» e, naquele momento, têm o «Orçamento Participativo», não em 2020 devido à situação, mas têm um «Orçamento Participativo» que já se iniciou e já se concretizou. Por esta via dão possibilidade às pessoas de apresentarem projectos no âmbito de um instituto próprio, mas todas as propostas e sugestões que lhes são colocadas e, claro que há sempre critérios e estes têm que ser bem ponderados porque estão a gerir dinheiro da população, mediante as apreciações que são feitas, eles entendem se existem ou não condições de executar projectos. Eles não estão lá e, todos são eleitos por partidos e coligações, mas quando tomam o lugar deles só para se distanciarem um pouco, daquilo que é possível, porque todos eles têm as suas idéias e convicções, mas elas têm que ser tidas em conta perante a população que têm e perante os problemas com que se confrontam diariamente. Naquele sentido desconhece projectos que tenham sido apresentados pelo CDS e, deixa claro, que eles não discutem projectos do CDS ou da JS ou da JSD ou da JCP, discutem projectos que sejam válidos para a Junta de Freguesia e para a sua população. Relativamente à «Comunicação» da Junta de Freguesia, isso é uma opção e claro que há sempre coisas a melhorar, têm vindo a melhorar e questiona o senhor vogal Octávio Costa se ele sabe disso. Do ponto de vista da Junta de Freguesia tem havido alguma evolução, só que há sempre pontos de vista a melhorar e, por isso, é que eles estão constantemente a fazer adaptações e ajustamentos, mas são sensíveis às questões que lhes são colocadas e ao funcionamento do acesso à Junta de Freguesia e às plataformas que têm pendentes e estão lá para isso. Referiu depois que pessoas com incapacidades são cidadãos como quaisquer outros mas tem que haver alguma compreensão e alguma atenção para as situações próprias de cada um deles, portanto, é definido pela Câmara e não pela Junta que essas pessoas com algumas incapacidades ou alguma situação de maior vulnerabilidade têm direito a um lugar de estacionamento, estão numa sociedade de coesão, de justiça, de igualdade e solidariedade e, do ponto de vista deles, aquelas pessoas não podem ser vistas de uma forma diferente. Refere que não entende o comentário ou observação que as pessoas do Pendão vêm para o Centro Comercial de Queluz e questionou se existe alguma discricionariedade entre as pessoas do Pendão, de Belas, do Casal da Barota ou de Queluz e, referiu novamente que não consegue entender. Esclareceu que todos são cidadãos de primeira, em igualdade de circunstâncias. Como já referiu anteriormente as sessões são abertas e em qualquer momento poderia ter acompanhado aquelas Assembleias de Freguesia, até porque, é sempre pedagógico quando alguém se insere numa comunidade perceber como é que ela funciona. Em relação aos projectos sem consulta, nomeadamente, o Centro de Saúde de Belas e do parque que foi criado perto da PSP de Queluz e referiu que desconhecia qual a área de habilitações do vogal Octávio Costa e esclareceu que aqueles projectos são publicados no Diário da República através de concursos e seguem as regras concursais do Código dos Contratos Públicos e, portanto, há uma total transparência naquilo que fazem, no dinheiro que gastam e nos projectos que são apresentados. Questionou se o vogal

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

conhecia o parque de estacionamento em causa e antes da sua requalificação, o parque que existia junto à PSP de Queluz porque se conhecia é fácil de ver o antes e o depois e pensa que a população ficou muito satisfeita com a obra que foi feita porque era uma vergonha entrar-se em Queluz vindo da Amadora, aquela entrada de Queluz era uma «desgraça» e hoje já está bem requalificada, quer com esse parque quer com aquilo que se fez à frente dos Bombeiros Voluntários de Queluz. Foi um projecto apoiado pela Câmara, aliás, foi executado pela Câmara e foi a pedido dos Bombeiros de Queluz, com o consenso da população e dos Bombeiros de Queluz e, por isso, todos estiveram presentes, todos aqueles que tinham que se pronunciar, pronunciaram-se e, de facto, está lá algo bem melhor. Hoje podem orgulhar-se da entrada de Queluz vindos da Amadora porque, infelizmente, têm que vir por outras freguesias para entrar em Queluz e convém que as entradas e saídas de Queluz dignifiquem o espaço onde vivem.-----

A Presidente da Mesa informou que ia dar a palavra ao senhor vogal Octávio Costa e ao senhor vogal Filipe Borregana mas pediu brevidade nas intervenções, uma vez que já foi ultrapassado o tempo do «período antes da ordem do dia».-----

O vogal Octávio Costa (CDS) agradeceu a celeridade da resposta da senhora Presidente da Junta e questionou a mesma quanto a ela querer saber se ele conhecia o parque de estacionamento anteriormente à obra e respondeu que sim e questionou novamente a senhora Presidente da Junta se lhe perguntou qual era o seu currículo académico e responde que é jurista. Considerou engraçado o não serem avaliadas propostas de uma juventude partidária ou de órgão partidário e deixa a nota que a «Juventude Centrista» já foi extinta e que hoje em dia é «Juventude Popular» e sempre foi apresentado aquele projecto como um projecto de fregueses, cidadãos, nunca teve cunho político e nunca obteve resposta. Refere que vai fazer uma manobra parecida com a da senhora Presidente da Junta que pelas suas palavras, um dirigente partidário ou alguém que milite um partido é menos freguês do que os outros, isto, porque a Presidente também disse, quando ele deu uma nota geográfica para dizer de que lado é que estava a falar da estação e falou do Pendão, a senhora Presidente veio falar de hegemonia social e que todos os cidadãos são iguais e, é evidente que sim, pensa que estão todos de acordo relativamente àquela matéria, não obstante, também subentendeu nas palavras da senhora Presidente que estar militado numa juventude ou estar militado num partido faz dele menos freguês porque se apresentar um cunho em que vem estatutariamente ligado a um partido ou venha estatutariamente ligado a uma juventude já não é apreciado pela Junta. Reafirmou que não entendia qual foi o entendimento da senhora Presidente e onde é que ele fez algum tipo de separação social entre quem mora no Pendão e quem mora neste lado, simplesmente a estação está sita na fronteira, deduz ele, e toda a gente sabe qual é o lado do Pendão e qual é o lado de Queluz. O que ele disse foi que existe um continuado e reiterado detrimento da segurança tanto do lado do Centro Comercial D. Maria I que é, efectivamente, conhecido como o lado de Queluz, mas pode dizer que é o lado dos bancos, como preferir, tal como do outro lado, passando o redundante da questão será o lado do Pendão. Relativamente ao facto de ter dito que aquele estacionamento era uma «vergonha», ele lembra-se como é que o estacionamento era e não tinha nem javalis nem baratas, era terra batida mas, a senhora Presidente também disse e, ele tinha de fazer um reparo, que as pessoas portadoras de deficiência, as pessoas portadoras de dificuldades também tinham direito e questionou, se ele, alguma vez disse que essas pessoas não tinham direito e referiu que não percebeu onde é que a senhora Presidente tinha ido buscar aquela ideia. Efectivamente, têm direito mas existe, tal como ele tinha dito, mais lugares do que

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

pessoas com essas necessidades e isto levou a que se já existiam e, voltou a reafirmar que não estava a criticar a obra ou a requalificação do estacionamento sito atrás da polícia, o que ele estava a apontar é que essa requalificação tenha passado por concurso público ou não, efectivamente passou porque é estatutariamente obrigatório não corresponde ao número de lugares que enquanto foi «um descampado» poderia albergar, agora são menos porque quando era «um descampado» não tinha sinalizados os lugares destinados a pessoas portadoras de deficiência ou com dificuldades de mobilidade, agora, esses lugares foram replicados da frente da rua para o estacionamento e passaram de três a sete e questionou se mudaram os moradores ou são os moradores não portadores de deficiência, esses os verdadeiros prejudicados que vão ter de ir estacionar ao concelho vizinho porque no concelho vizinho já existe estacionamento. Para terminar referiu que a senhora Presidente não respondeu à questão das baratas ou do javali, não sabe se a senhora Presidente entende que também é da tutela camarária ou do governo central, o que ele sabe é que há dois anos que anda a fazer queixa, o condomínio dele continua a fazer queixa, o condomínio dos vizinhos continua a fazer queixa, todos os moradores que moram perto da ribeira de Carenque, eventualmente, acabam por ter baratas nas suas residências e nos seus espaços comerciais, até na esquadra da polícia, se fizer uma breve visita, como fez a «Juventude Popular» a essas instalações, saberá que estão infestadas de baratas e não é a primeira vez que eles reportam esta situação tanto à Junta, segundo eles, como à Câmara e tudo continua igual.-----

A Presidente da Mesa deu a palavra ao vogal Filipe Borregana (CDU) que informou que vai deixar as intervenções para o ponto dos assuntos da freguesia mas deixa uma nota relativamente ao facto do CDS ter dito que a moção deles não devia ser ali tratada porque não é assunto da freguesia, maior parte dos assuntos, não foram todos, que o CDS trouxe ali não tinham a ver com as competências daquela Junta mas foram justificações para votos que não tinham qualquer justificação e quanto ao futuro Centro de Saúde, referiu que só queria alertar o vogal do CDS que eles também não concordam propriamente com o espaço mas não conhecendo o projecto não se vão pronunciar sobre ele mas, quando o vogal Octávio Costa disse ter estado a pesquisar, possivelmente, foi na *net* não foi *in loco*, porque não há estacionamento nem de primeira nem de segunda fila, não há estacionamento. Tem um passeio que nem dá para uma cadeira de rodas, na parte de baixo, mas não conhecendo o projecto não se vai pronunciar.-----

A Presidente da Mesa deu a palavra ao vogal Octávio Costa e pediu-lhe brevidade na resposta.-----

O vogal Octávio Costa (CDS) referiu que apenas quer dar um breve resposta ao vogal Filipe Borregana e informou que quando referiu primeira e segunda fila não foi na antiga escola «E. B. 1 n.º 1 de Belas» mas sim no acesso aos serviços públicos na Avenida Doutor Miguel Bombarda e as razões dele para chumbar a moção não foram as razões do PS, por isso, agradece que não confunda o PS com o CDS.-----

A Presidente da Mesa passa ao Período da Ordem do Dia com a leitura e aprovação da convocatória.-----

A Presidente da Mesa da Assembleia passou à leitura da convocatória. Lida a convocatória e não havendo sido levantadas quaisquer questões foi a mesma colocada à votação. -----

Votação: A favor 19 (PS – 9; PSD – 2; CDU – 3; BE – 2; CDS – 1; Ana Brinco – 1; Glória Albuquerque – 1). -----

A convocatória foi aprovada por unanimidade. -----

A Presidente da Mesa passou ao ponto n.º 1 da Ordem de Trabalhos «Apreciar e votar as actas das reuniões anteriores» e questiona se algum dos vogais não dispensa a leitura das actas, não havendo qualquer oposição passa à votação da acta n.º 19.-----

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

Votação: A favor 13 (PS – 5; PSD – 2; CDU – 3; BE – 1; Ana Brinco – 1; Glória Albuquerque – 1). -----

A acta n.º 19 foi aprovada por unanimidade. -----

A Presidente da Mesa coloca à votação a acta n.º 20. -----

Votação: A favor 12 (PS – 4; PSD – 2; CDU – 3; BE – 1; Ana Brinco – 1; Glória Albuquerque – 1). -----

A acta n.º 20 foi aprovada por unanimidade. -----

A Presidente da Mesa passou ao ponto n.º 2 da Ordem de Trabalhos «Apreciar, nos termos da alínea e) do n.º 2 do art.º 9 da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, a Informação Escrita da Presidente da Junta de Freguesia e respetiva Informação Financeira referente ao 3.º Trimestre de 2020». -----

A Presidente da Mesa deu a palavra à Presidente da Junta de Freguesia.-----

A Presidente da Junta de Freguesia referiu que foram àquela Assembleia de Freguesia levar a informação reportada a um período relativamente curto porque não conseguiram que a informação traduzisse o mês todo de Setembro, tudo o que aconteceria durante o mês de Setembro porque estavam naquele momento, naquele dia e tinham que se reportar a menos de meio mês de relatório mas, objectivamente, o que sucedeu é que aquele relatório acabou por ser o acumular daquilo que constava já no relatório anterior, uma vez que a maior das preocupações que tinham tido ao longo daquele tempo, tinha sido com a pandemia e o COVID-19. Nesse âmbito, continuaram a reforçar o apoio à população da «Rede de Emergência Alimentar» em termos de alimentos, de apoio a medicamentos e acompanhamento de pessoas que estão em situação de confinamento, muitas das vezes deram o apoio de rectaguarda às equipas que visitaram as pessoas nessas situações, ou seja, que estavam infectadas ou em confinamento e, portanto, a área deles tem sido basicamente nessa matéria mas isso não os impediu de ao longo do tempo, não obstante, terem de se readaptar e reforçar o apoio no âmbito social de continuaram a fazer investimentos que tinham que ser feitos e, nesse sentido, continuaram a modernizar e a requalificar as instalações deles quer na Barota, quer em Belas, quer em Queluz, de forma a terem todas as condições para que a população pudesse acorrer aos serviços da Junta com toda a segurança e os colaboradores pudessem também desempenhar as suas funções com toda a segurança e, nesse sentido, continuaram a reforçar os equipamentos nas instalações, continuaram a adquirir material de segurança. Informou que continuaram a avançar com o Parque Intergeracional do Felício Loureiro que é um projecto que se encontra a decorrer e quando o mesmo estiver concluído terá que aguardar porque de acordo com a Resolução do Conselho de Ministros vigente, os parques infantis têm que continuar encerrados, irão ter que o fazer, contudo, o objectivo deles era aquele, o concurso foi lançado em devido tempo e as coisas estão a avançar dentro do enquadramento legal. Por aquele relatório todos os senhores vogais puderam aperceber-se de que relativamente ao período anterior, a maior parte das situações quase duplicaram quer em número de atendimentos à população, o que significa que com aquele desconfinamento, as pessoas sentiram-se mais seguras para ir aos serviços da Junta de Freguesia que continuaram a funcionar, de forma limitada, com marcação presencial mas também não se recusaram a atender quem chegasse quando não estivesse ninguém a ser atendido, tiveram em atenção as situações de prioridade e a própria Resolução do Conselho de Ministros também veio dar azo a que eles não descurassem as prioridades que estão legalmente definidas e que apoiassem e recebessem as pessoas que tinham mais carências. A mesma duplicação de pedidos sucedeu relativamente ao «Gabinete de Acção Social». Referiu que naquela data totalizavam duas mil e quarenta e sete situações registadas de pedidos de apoio feitos por diversas formas e todas estavam resolvidas, não havia

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

situações pendentes no sentido de terem sido por eles apoiadas ou encaminhadas para outras entidades e, naquele momento, tinham cerca de duzentos e vinte seis pedidos de apoio psicológico. No âmbito do «Gabinete de Inserção Profissional» cerca de oitocentos e trinta e oito beneficiários, muitos estavam a fazer acções de formação porque já havia acções presenciais e que decorriam nas instalações da Junta de Freguesia com todas as salvaguardas. Em termos de «Rede de Emergência Alimentar» que é a rede pela qual o «Banco Alimentar» está a funcionar e que lhes pediu apoio para acolherem muitas pessoas que se tinham dirigido ao «Banco Alimentar» para que eles também as acompanhassem e apoiassem. Receberam nesta data a décima terceira lista de pedidos de apoio e encontram-se, naquele momento, a apoiar cerca de duzentas e vinte e cinco pessoas, à volta de setenta e cinco famílias cujos agregados somam duzentas e vinte e cinco pessoas, tal como em termos de PO encontram-se a apoiar cerca de seiscentas e setenta pessoas e, ainda, os que eles apoiam em termos de continuidade de assistência pelo «Gabinete de Acção Social». Em termos de equipas multidisciplinares que se deslocam a casa das pessoas que estão infectadas ou em quarentena tem havido um número certo por dia e, portanto, o concelho de Sintra já não está ainda nos limites em que se encontrava há pouco tempo atrás mas existe uma tendência de crescimento de infectados mas, com alguns critérios, pois há semanas em que sobem, outras em que descem e, essas pessoas, caso necessitem de apoio alimentar ou de medicamentos é a Junta de Freguesia que os apoia. Existe outra situação a registar que é a questão da recolha de monos, também ali houve quase uma duplicação relativamente ao anterior trimestre e o que era sazonal naquele momento é diário. A Junta de Freguesia de Queluz e Belas, entretanto, criou uma aplicação para a gestão das reclamações e, simultaneamente, criou uma linha telefónica para a recolha de monos, para onde a população pode ligar directamente, gerindo-se os dias, combinando-se com as pessoas, a Junta de Freguesia vai buscar aos locais os monos, procurando desta forma sensibilizar a população para a necessidade de todos eles contribuírem um pouco para a qualidade de vida na freguesia e tentando de alguma forma evitar aquele acumular que existe não só na freguesia de Queluz e Belas, não só no concelho de Sintra, aquilo é geral e nacional mas o importante para eles é o que se passa na freguesia de Queluz e Belas e terminou informando que estava disponível para responder às questões que os senhores vogais entendessem colocar.-----

A Presidente da Mesa deu a palavra ao vogal António Brás (PSD) que cumprimentou todos os presentes e referiu que relativamente à informação prestada pela Senhora Presidente da Junta só tinha a referir que e, ele sabe que não diz respeito àquela situação mas, segundo o que ali diz, a Junta não tem tido actividades e na realidade não as podia ter mas foram feitos protocolos com instituições em que elas tiveram que perante a Junta fazer actividades e não as tendo feito como é que a Junta poderá apoiar essas colectividades questiona. Na sua opinião deveria haver algum apoio, não sabe como, mas gostaria de ouvir a senhora Presidente sobre esta situação.-----

A Presidente da Mesa deu a palavra ao vogal Jorge José (BE) que cumprimentou todos os presentes e referiu que o BE depois de analisado o documento nada tinha a dizer pois podiam existir divergências políticas mas divergências sociais não. Informou que se congratularam com o trabalho que a Junta de Freguesia tinha feito naquela pandemia, não tinham conhecimento de situações por resolver a nível concelhio. Referiu que tinham apenas uma dúvida no que respeita às consultas jurídicas que estão a zero, significando que não houve mesmo nenhuma, tal como o autocarro não funcionou e pensa que a articulação entre as diversas associações de

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

moradores e outras correu bem, portanto, o BE congratula-se com aquele trabalho e espera que o continuem a desenvolver porque a pandemia vai durar e o trabalho que aquele Executivo tem vindo a fazer é de louvar.- A Presidente da Mesa deu a palavra ao vogal Filipe Borregana (CDU) que cumprimentou todos os presentes e referiu que relativamente ao trabalho feito pela Junta, na acção social, também não tinham nada a dizer a não ser, dizer que aquele trabalho só estava a ser feito pela Junta por não terem sido criadas políticas sociais condignas no país pelos sucessivos governos que os têm governado. Quanto à parte financeira só tinha uma dúvida que era parecida com a dúvida apresentada pelo PSD, isto é, não havendo os protocolos com as associações onde se pedia que as associações fizessem serviços para a Junta, porque naquele momento estava tudo parado, questionou se iria haver alguma forma da Junta dar algum apoio a essas associações sociais, culturais, desportivas e recreativas que estavam a lutar com grandes dificuldades e referiu que ali pouco dinheiro foi para essas associações, por exemplo, para as Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários de Belas e Queluz estava previsto uma verba de seis mil euros a cada uma e ainda não tinha sido entregue qualquer valor até àquele momento e, é essa a preocupação da CDU, saber se irá haver algum tipo de apoio a essas associações por parte da Junta.-----

A Presidente da Mesa deu a palavra ao vogal Octávio Costa (CDS) que informou ir fazer um reparo. Referiu que a senhora Presidente informou que a gestão dos monos, naquele momento, era feita diariamente e ele congratula aquela conquista de métrica, não obstante, não é conquista nenhuma porque não é suficiente, pode ser até diariamente mas não acontece diariamente, pelo menos, na freguesia onde ele habita que é Queluz e Belas e fez um outro reparo que até considerou indecoroso da parte dele mas, replicou à senhora Presidente a questão homóloga que ela lhe fez a ele, é que ele também desconhece qual é a formação académica da senhora Presidente, não obstante, a senhora Presidente perguntou-lhe se ele já tinha participada nalguma Assembleia de Freguesia como freguês e respondeu que sim e que na altura falaram sobre ratazanas no Pendão e a situação continua igual e naquele momento estavam a falar de baratas e javalis e vai fazer o quê, questiona.-----

A Presidente da Mesa deu a palavra à vogal Helena Santos (PS) que cumprimentou todos os presentes e disse sentir-se orgulhosa de pertencer àquela freguesia por entender que o trabalho que tem sido feito na acção social é de louvar e ela pode dizer que poucas pessoas sabem o que tem sido feito. Refere que tem ouvido algumas pessoas que não têm conhecimento, mas diz ser de notar que parte do «Gabinete de Acção Social» tem feito um trabalho de mérito. A Presidente da Junta deslocou-se várias vezes entregando alimentos aos fregueses, a Doutora Ana Pacheco, por muitas vezes telefonou a alguns idosos que se encontram isolados perguntando do que é que eles necessitavam e levando, ela própria, a essas pessoas, os alimentos que eram necessários. Tiveram o cuidado de telefonar a alguns idosos da freguesia que sabiam viver isolados para lhes dar apoio, para lhes dar uma palavra de conforto e para terem a certeza do que é que lhes fazia falta, desde a medicação ao apoio moral e ao apoio alimentar, por isso, sente-se orgulhosa e honrada por fazer parte da freguesia de Queluz e Belas.-----

A Presidente da Mesa deu a palavra à Presidente da Junta de Freguesia que começou por responder à questão colocado pelo vogal António Brás e também pelo vogal Filipe Borregana e referiu que existiam instituições, naquele momento, que se encontravam de portas encerradas desde Fevereiro e existiam instituições que, naquele momento, se encontravam a funcionar e que nunca tinham fechado as porta, como era o caso da

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

Junta de Freguesia de Queluz e Belas e também de outras instituições na União de Freguesias de Queluz e Belas. Esclareceu que estavam a acompanhar com a maior peculiaridade as que se encontravam a funcionar e que precisavam também do apoio deles porque direccionaram a sua actuação para a população, para as pessoas mais carenciadas, mais vulneráveis e eram essas que naquele momento, aliás, há apenas uma que já recebeu um apoio, eram a prioridade deles. As outras fecharam, portanto, eles irão ver como irão conseguir encontrar uma solução, sem descurar que eles têm que ter em conta a preocupação com a subsistência de muitas delas, mas os protocolos que foram celebrados cumpriram a lei. Os protocolos foram celebrados para que as instituições desenvolvessem determinadas actividades e mediante o seu exercício receberiam a verba, aliás, os senhores vogais sabem porque os protocolos foram ali, portanto, sabem em que termos foram elaborados. Até o senhor vogal Filipe Borregana falou da questão dos bombeiros, nomeadamente, a Associação onde eles se encontravam, já apresentou os relatórios de uma actividade que desenvolveu e irá ser ressarcida dessa verba, precisamente, porque já desenvolveu a actividade. A pouco e pouco as instituições vão desenvolvendo actividades e apresentam o relatório quando as realizam e eles procedem ao efectivo pagamento. Outras situações, estão a ponderar com as instituições, porque algumas também reformularam algumas actividades, outras estão em vias disso e, neste momento complicado, saberem-se readaptar e orientar as actividades deles, porque todas elas são para a comunidade, não são ao serviço da Junta, como o senhor vogal Filipe Borregana disse, são para a comunidade, são dirigidas à população e, por isso, na articulação que estão a fazer com as instituições estão a procurar que elas próprias também tenham essa capacidade e essa criatividade de, nomeadamente, na área social e algumas delas já têm, mais ou menos, adoptado algumas medidas que estão a executar e estão mesmo confinadas à área social. O ponto da situação é aquele, não vão deixar de lhes dar apoio, mas estão a articular com aquelas que, naquele momento, estão a apoiar a população. Relativamente à questão das consultas jurídicas levantada pelo senhor vogal Jorge José e do autocarro tem a dizer que as consultas jurídicas tiveram que ser suspensas e, naquele momento, estão a aguardar que a «Ordem dos Advogados» se pronuncie porque existe a possibilidade, têm muitos pedidos, de poderem ser feitas consultas jurídicas telefonicamente e, se assim for, estão a tentar colmatar e ultrapassar aquela dificuldade. Em relação ao autocarro têm que ponderar quando é que o autocarro poderá voltar a funcionar de forma regular porque para cumprir as regras de distanciamento, de segurança, a higienização, a desinfeção, a atenção com o motorista, o número de pessoas que podem estar dentro do autocarro, tudo isso tem que ser ponderado e salvaguardadas todas as situações, por isso, não estão a desenvolver serviços ou só muito esporadicamente quando são poucas as pessoas que têm que utilizar o autocarro da Junta de Freguesia. Relativamente ao vogal Octávio Costa refere que ali não existem conquistas, dizer que os monos não são recolhidos não é conquista nenhuma, antes pelo contrário, é algo em que cada um deles deveria ter a responsabilidade de não deitar o seu lixo para a rua porque estão numa sociedade em que todos têm direitos e deveres e quando as pessoas estão a juntar o lixo na rua e, se o senhor vogal lhe permitir, ela convidava-o para às oito e meia da manhã de cada dia estar no armazém deles para acompanhar o trabalho árduo dos colaboradores da Junta de Freguesia que vão diariamente recolher esses monos junto a cada um dos contentores existentes na freguesia. Assim, terá um conhecimento mais concreto, aliás, ela entende que os dados que constam do relatório demonstram significativamente a dificuldade que é proceder à recolha dos monos na União das Freguesias de Queluz e Belas. Este trabalho é ingrato porque os trabalhadores

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

arriscam-se diariamente e, além do mais, eles vão a uma localidade da freguesia de manhã fazer a recolha, fazem duas ou três recolhas e a viatura por três vezes está nessa localidade de manhã e à tarde depois de eles terem deixado tudo limpo, os contentores voltam a estar acumulados de lixo e isso é desrespeito, falta de consideração, falta de ética, falta de responsabilidade dos cidadãos e, eles querem que os cidadãos sejam sensíveis à sociedade que estão a criar, à poluição que estão a fazer. Fala-se tanto no meio ambiente, na qualidade de vida ambiental, as gerações mais novas estão com uma visão de futuro relativamente à qualificação do meio ambiente e, eles estão ali, perante uma situação drástica. Como é que é possível haver um aumento exponencial destas situações, só é possível porque as pessoas não têm essa consideração, respeito pelo trabalho dos outros, tal como o varejador da Câmara Municipal de Sintra que é uma pessoa pela qual eles têm todo o respeito e merece todo o respeito pelo trabalho que faz porque não era qualquer um que faria o trabalho que ele faz, também todos eles têm que ter em conta que os trabalhadores da Junta de Freguesia de Queluz e Belas e os varredores da Câmara Municipal de Sintra que ela vê muitas vezes a apanharem o lixo do chão e a porem-no nos contentores não têm obrigação de apanhar o lixo dos outros, eles têm obrigação de fazer o trabalho deles que é varrer, não é apanhar o lixo que os outros deitam para o chão e é isso que se exige de uma sociedade justa e igualitária em que as pessoas sabem quais são os seus deveres e as suas obrigações. Estão numa sociedade livre e democrática e a democracia exerce-se daquela forma, «olharem todos uns pelos outros» e, a verdade é que isso todos os dias é posto à prova para os funcionários da Junta de Freguesia e para os funcionários dos SMAS. Naquele momento, não há ninguém que consiga responder àquela situação e se consiga fazer uma limpeza radical daquelas situações. Termina referindo que qualquer um dos vogais é convidado a acompanhar uma equipa e a verificar *in loco* o que é que se faz diariamente na freguesia. Questiona o vogal se ele já esteve nalguma autarquia e refere que a principal preocupação do Executivo é que os seus colaboradores tenham todas as condições para exercerem as suas funções e, naquele momento, sentem muita apreensão pelo facto da população não ter essa compreensão, não entende e não quer entender e isso custa-lhes muito porque aquelas pessoas estão diariamente, das nove da manhã, no caso dos trabalhadores do exterior até é desde as oito e meia da manhã, a fazer a sua intervenção e, eles não se negam a fazer nada mas também gostavam que as pessoas percebessem que estas pessoas também têm as suas famílias, também têm a sua vivência e têm trabalho a cumprir, que tem que ser cumprido e que eles querem que seja cumprido em condições, eles têm que garantir que eles as possam desempenhar com todas as condições e, é nisso, que eles se têm empenhado, em regularizar todas as situações e terem trabalhadores ao serviço da população que se sentem orgulhosos de trabalhar na União das Freguesias de Queluz e Belas e o Executivo, ali estão quatro mas são sete, tem orgulho nos trabalhadores que tem ao seu serviço. Relativamente ao javali desconhece que exista alguma reclamação apresentada na Junta de Freguesia e eles têm a plataforma e, portanto, até seria bom que pudesse ser apresentada junto da plataforma, mas a ser assim eles enviarão para a Câmara porque aquele assunto não é da competência deles, mas a preocupação deles, naquele momento, não são as baratas ou os javalis que têm que ser vistos, mas a verdade é que na Junta de Freguesia não existe nenhuma situação destas. Neste momento, a prioridade deles são as pessoas acima de tudo. De seguida agradece à vogal Helena as palavras proferidas, em nome daquele Executivo. De facto todo aquele trabalho é um trabalho invisível, ela apresentou números mas os números não traduzem aquilo que, efectivamente, os colaboradores da Junta têm feito porque têm tido uma

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

sobrecarga de trabalho adicional que as pessoas não têm a noção, não têm obrigação de ter essa noção mas eles têm obrigação de dizer o que está a ser feito, por isso, falou ali nela e na vogal Ana Pacheco mas não são só elas que têm feito aquele trabalho, têm sido todos, todos estiveram na rua a ir buscar alimentos, a distribuir alimentos, mesmo em momentos em que não tinham aquelas máscaras, não tinham luvas, não tinham equipamento, não se recusaram, correram riscos tal como outros, como os médicos e enfermeiros, todos correram riscos para salvar a vida das pessoas e eles correram riscos para que naquela altura, a população mais vulnerável que é a população sénior, também ela estivesse salvaguardada em casa e não corresse maiores riscos. Para finalizar quer informar o senhor vogal que a formação dela é jurista, mas, naquele momento, é Presidente da Junta de Freguesia de Queluz e Belas. -----

O vogal Filipe Borregana (CDU) referiu que quando disse que as associações fazem serviços para a Junta foi uma forma de dizer que têm que fazer qualquer coisa em troca das verbas que a Junta lhes dá, isso é por lei, mas voltou a alertar, principalmente, para as de acção social que naquele momento são muito importantes, que devem ser ajudadas, aquelas que estão abertas mas aquelas que têm as portas fechadas, se calhar, se não tiverem um apoio da Junta não voltam a abrir portas e acaba-se a pandemia e deixam de ter aquelas associações culturais e recreativas que se calhar muita falta fazem à freguesia.-----

O vogal Octávio Costa (CDS) referiu que se a Senhora Presidente da Junta é «colega» dele sabe perfeitamente que a interpretação que fez sobre a nomenclatura «conquista» que ele referiu, foi completamente errada e relativamente a isto, a senhora Presidente proferiu umas palavras e, de imediato o senhor vogal Octávio Costa pediu à senhora Presidente para que não o interrompesse pois ele também não a interrompeu ao que a senhora Presidente respondeu que ainda bem que ele a ouviu ao que ele respondeu que aparentemente quem não estava a ouvir não era ele e continua referindo que a senhora Presidente, novamente, utilizou algumas nomenclaturas que ele elencou na intervenção dele e usou-as a bel-prazer e questiona se alguma vez ele referiu incompetência dos funcionários, que ele saiba e se ela é «colega», se é jurista, sabe perfeitamente que a tutela destas matérias é do Executivo, não é dos funcionários, portanto, dizer que as coisas não são feitas porque a sociedade civil ou que os fregueses continuam a desrespeitar reiteradamente as regras do bom funcionamento social da recolha de resíduos urbanos, está só a isentar-se dessa responsabilidade que é tutelada por ela, que bem se lembra e bem se apresentou como Presidente daquele Executivo. Acrescentou que agradecia o convite para ir acompanhar os funcionários da Junta de Freguesia, agradecia o convite e aceitava o mesmo e pediu que lhe fizesse chegar uma missiva com os horários a cumprir. Informou que estará lá à oito da manhã e terá todo o gosto em acompanhar os funcionários e acrescentou que ouvindo a Presidente «já que quem não sabe é quem não vê» para ir à ribeira de Carenque apanhar baratas. -----

O vogal Jorge José (BE) referiu que irá fazer uma referência e aproveita que está lá o membro do Executivo, o senhor Canário, para elogiar o trabalho, porque se ninguém vê, ele vê, ele não tem razão de queixa, nomeadamente, em Belas e nem o Executivo tem culpa que as pessoas desataram todas a deitar móveis e deitar tudo para a rua. Na rua dele quando o vogal Canário lá vai, no dia a seguir está tudo limpo e, ainda hoje de manhã, passou um carro com dois trabalhadores da Junta e carregaram o carro, passaram à tarde já havia mais material, é impossível senhor vogal, e, atenção, porque ele trabalhou naquele sector há vinte anos, hoje está impossível. É impossível ao município fazer, seja ele qual for, o tratamento de recolha de monos, porque as pessoas, é de tal forma que nem avisam. Tem que louvar a Junta de Freguesia pela aplicação lançou e que

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

ele já utilizou para duas situações e teve resposta em ambas, imediatamente e por *e-mail*, não tem nada a dizer. É mais um louvor que ele faz àquele trabalho que está a ser feito e o membro do Executivo Canário está a fazer um belíssimo trabalho, não faz melhor porque é impossível, porque aturar estes fregueses da forma como eles agem em sociedade, deitam tudo para a rua sem sequer contactarem alguém, é humanamente impossível fazer melhor. -----

O vogal Octávio Costa (CDS) referiu que achava engraçado como é que um órgão deliberativo agradece a um executivo por aturar os fregueses. -----

Não havendo mais intervenções, a Presidente da Mesa da Assembleia ao ponto n.º 3 da Ordem de Trabalhos “Tratamento de assuntos de interesse da freguesia, relevantes e urgentes, desde que, pela sua oportunidade não possam transitar para a próxima reunião” e deu a palavra ao vogal António Brás. -----

O vogal António Brás (PSD) referiu que vai apresentar àquela Assembleia uma determinada situação e passo a citar: «decorria o ano de mil novecentos e noventa e três e numa Assembleia de Freguesia de Queluz foi apresentado para parecer um projecto dos Serviços Sociais das Forças Armadas para a construção dos prédios da Rua Paulo Reis Gil em Queluz e que tinha sido enviado oportunamente à Câmara Municipal de Sintra. Todas as bancadas, através dos seus líderes, nomeadamente, o senhor Cunha Alves pelo PS, o senhor Sérgio Soares da CDU, o senhor Mário Marinheiro do PSD, que abnegadamente, informaram as bancadas que nesse local só era permitido construir equipamentos de índole social pelo que o projecto recebeu os votos contra de todas as bancadas e foi chumbado». Referiu que esta síntese dos factos só pode agora ser lembrada porque, ele próprio, fez parte como primeiro secretário da Mesa da Assembleia e, não é possível ver as actas dessa altura porque parte do acervo e actas das Assembleia de Freguesia arderam no incêndio do prédio onde hoje se encontra a Biblioteca Ruy Belo no Pendão. Neste ano de 2020, no local onde não se podiam construir senão equipamentos sociais irá nascer um hipermercado que servirá muitos jovens com todos os produtos que não se podem vender nas escolas e o comércio local ficará em agonia até desaparecer. Perguntou se decorridos vinte e sete anos o terreno é outro, era zona social e agora é zona comercial? Logo mudam-se os tempos a favor de certas vontades? Questionou. -----

O vogal Filipe Borregana (CDU) informou que ia falar sobre o «Monumento Natural do Pêgo Longo» (doc. anexo). Sobre o sempre adiado Centro de Saúde de Belas em Belas referiu que foram prendados a semana passada com a seguinte notícia: «Centro de Saúde de Belas aguarda *luz verde* para avançar.» Não se entende o que se passou entre dois mil e dezassete e dois mil e vinte porque desde dois e dezassete têm vindo a público várias notícias sobre o sempre adiado Centro de Saúde de Belas em Belas. Em oito de Maio de dois e dezassete saiu uma notícia que referia que no arranque das obras no Centro de Saúde de Sintra o Presidente da Câmara anunciou a construção de um novo Centro de Saúde em Belas, a doze de Julho de dois mil e dezassete foi noticiado que a Câmara de Sintra e o Governo estavam em negociações para o novo Centro de Saúde de Belas, em dezasseis de Agosto de dois mil e dezassete foi noticiado que o Governo confirmava o novo Centro de Saúde em Belas. Em catorze de Dezembro de dois mil e dezoito foi a cerimónia de assinatura do protocolo de cooperação para a instalação da nova unidade de saúde de Belas entre a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Valé do Tejo (ARSLVT) e o município de Sintra. Na assinatura do protocolo estiveram presentes a Ministra da Saúde que continua a ser a mesma, o Presidente da Câmara Municipal de Sintra que continua a ser o mesmo e a Senhora Presidente da União de Freguesias de Queluz e Belas que continua a ser a mesma. O

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

protocolo tem como propósito fazer a adaptação/transformação de uma antiga escola na freguesia em Centro de Saúde de Belas, obras que deverão estar concluídas durante o primeiro semestre de dois mil e vinte. Em declarações, no *site* institucional, a Doutora Paula Alves refere que a Junta de Freguesia de Queluz e Belas se congratula com o dinamismo e solução da Câmara Municipal de Sintra que conseguiu assim, dar resposta, a uma aspiração há muito almejada pela população que ansiava por uma unidade de cuidados básicos de saúde condigna, contudo, a semana passada, mais precisamente em vinte e três de Setembro de dois mil e vinte, foi noticiado que o Centro de Saúde Belas aguarda «luz verde» para avançar, «depois de Queluz, Agualva, Algueirão-Mem Martins, Sintra e Almargem do Bispo a construção do Centro de Saúde de Belas nas antigas instalações da escola primária deverá ser o sexto Centro de Saúde no concelho a avançar durante o actual mandato autárquico. O processo negocial está a decorrer, está a ser finalizado para ser lançado o concurso da empreitada». A interpretação política da bancada da CDU, sobre tudo aquilo que é «este é o caminho» pelo qual ficam para trás os utentes e fregueses de Belas, mas não é só o adiar da construção do Centro de Saúde de Belas em Belas, a maior parte dos utentes que enchem as urgências dos hospitais, fazem-no por absoluta necessidade, nomeadamente, por falta de respostas dos seus Centros de Saúde, seja por falta de instalações ou médicos seja por falta de meios técnicos. No caso que afecta directamente os habitantes de Belas, a Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados de Belas, mas que funciona no Monte Abraão tem vinte e seis mil quatrocentos e vinte e três utentes inscritos dos quais quinze mil trezentos e trinta não têm médico de família, ou seja, cinquenta e oito por cento dos utentes não tem médico de família. Na Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados de Belas, mas que funciona no Monte Abraão apenas existem sete médicos de família para os ditos vinte e seis mil quatrocentos e vinte e três utentes. Alguém se enganou ou os quer enganar, o PS detém a presidência da União de Freguesias de Queluz e Belas, detém a presidência da Câmara Municipal de Sintra, é Governo da República e o que ali se demonstra é que há e sempre houve outras prioridades, sempre houve falta de vontade política para resolver este problema. Há promessas e mais promessas, mas conclusões nem vê-las. São estas as declarações que têm a fazer relativamente à última notícia que saiu sobre o Centro de Saúde de Belas. -----

O vogal Jorge José (BE) pediu a palavra para pedir desculpa relativamente à palavra que usou anteriormente, não se tinha apercebido da consequência do seu uso e, por isso, pediu desculpa. Referiu que se congratula com as duas questões que a bancada da CDU ali levou, ele até ia falar do disso, mas já não fala, congratula-se com a questão das pegadas e a do Centro de Saúde de Belas que é uma história velha, aquele é um problema que tem que ser resolvido em termos de Governo e em termos de Câmara. Informou que iria alertar para duas coisas, sendo que ele sabe que aquilo pertence à Câmara, mas também a Junta devia ter essa obrigação, mas ele não sabe o que é que se passa no Executivo. Há uma entrada para o cemitério, na freguesia de Belas, que é de facto uma vergonha, quem vem da Estrada Nacional, ou seja, a passagem pelo Bairro da Fonteireira e passam centenas de carros diariamente das pessoas que entram por ali, descem a urbanização para apanhar a estrada para seguirem para o IC 16 e para a CREL assim, seria bom que o Executivo tentasse junto da Câmara ou os técnicos da Câmara, ele sabe que em Belas, houve freguesias em que já foram repavimentadas as ruas em dez anos, duas ou três vezes, Belas está no esquecimento, agora aquela entrada para o cemitério na Rua da Saudade, aqueles cem metros são vergonhosos, funerais que passam ali, isto não é de uma freguesia digna nem de um município digno, aquilo é uma vergonha. Há agora uma outra coisa que também é com a Câmara,

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

em Rio de Sapos, exactamente frente à Unidade Especial de Polícia, alguém ou a Câmara, não sei, aquilo que se está ali a passar numa zona de leito da ribeira que o PDM diz que é zona de cheias alguém faça o favor de tirar fotografias, a fiscalização da Câmara, aquilo é do concelho de Sintra porque o resto é a Estrada das Águas Livres. O Senhor pode ter muito dinheiro, mas há regras, há regulamentos e um dia qualquer existe ali uma desgraça com uma cheia qualquer. Custa-lhe que em frente à Polícia onde passam «altas figuras» ninguém repare naquilo, já não bastava o outro processo do outro Senhor que foi à frente e que nunca ninguém sabia se aquilo era de Sintra ou se era da Amadora e que ficou por ali, agora têm este. Depois há a questão das passadeiras, há uma passadeira na Fonteira que tem que ser repintada e têm que lá colocar o sinal de passadeira, falta o sinal e há outra coisa, se calhar, o Executivo não sabe mas o vogal Canário é capaz de saber que todos os dias centenas de crianças passam nos passeios para ir para o Centro de Estudos, portanto, a passadeira tem que estar ali porque já se sabe que as pessoas não cumprem exactamente com as regras, é o problema da freguesia estar cá em último, porque se fosse lá em cima em Santa Maria ou para o Magoito, de certeza que tínhamos outro tratamento, custa vermos uma freguesia em que temos a sensação que somos passados para trás. Ainda há outra questão que é a questão do Parque Urbano, começou com dois milhões, agora já ouvi um milhão e tal, ninguém sabe rigorosamente nada, ponham o problema à Câmara porque isto é um problema da Câmara, respeitem a população de Belas e de Queluz. É vergonhoso e ele dizia isto directamente ao Doutor Basílio Horta, não sabe quem são as pessoas que trabalham com ele, porque ele sozinho coitado, não é ele que responde, são as pessoas que trabalham com ele que fogem, as pessoas do seu gabinete que venham ver como é que está o estado das nossas ruas, a repavimentação é vergonhosa, as ruas de Belas precisam ser repavimentadas, temos o mesmo direito que as outras freguesias do concelho de Sintra. A informação da União de Freguesias, isto começou com a freguesia de Belas e está em Queluz. Há vitrines e o Executivo tem que se lembrar que há um grande número de pessoas que não tem acesso às redes sociais, a informação da União de Freguesias tem que chegar a todos, não pode haver só em Queluz e não sei onde. A Fonteira precisa de uma vitrine, na Idanha tiraram a vitrine que lá estava, na Serra da Silveira também já foi destruída. É fundamental que a informação da União de Freguesias chegue a toda a gente. Uma coisa que o Executivo tem que fazer junto da Câmara Municipal de Sintra, Belas merece um tratamento igual a todos os outros, estamos a ser ultrapassados. Refere que não admite aquela situação porque paga os impostos como todos ali pagam impostos para o município, logo, têm que ter tratamento igual. -----

A Presidente da Mesa deu a palavra à Presidente da Junta de Freguesia que começou por responder ao vogal António Brás e refere que naquele caso concreto, se a Presidente da Mesa permitir, relativamente à questão da Rua Paulo Reis Gil e, relativamente àquilo que existiu no passado, das deliberações tomadas em Assembleias de Freguesia no passado, uma vez que o senhor vogal Hugo Frederico, na altura, estava no Executivo da Junta de Freguesia de então quando essas deliberações foram tomadas, ela solicitava, se a senhora Presidente da Mesa o permitir, que fosse o senhor vogal Hugo Frederico a responder a essa questão ao senhor vogal António Brás. Ela responde, actualmente, por aquilo que é o PDM e este refere que o espaço é um espaço para equipamentos de serviços até uma determinada dimensão, se no passado era de maneira diferente o senhor vogal irá dar essa informação e esse esclarecimento. Relativamente à questão das pegadas e dirige-se ao vogal Filipe, a Câmara Municipal de Sintra tem acompanhado a comunicação social, o senhor vogal tem acompanhado também aquilo que vem na comunicação social e o senhor Presidente da Câmara Municipal de

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

Sintra e o Instituto Português do Património Cultural também têm estado envolvidos nesta situação. É verdade, há muitos anos que as pegadas foram deixadas ao livre-arbítrio e, portanto, não houve uma manutenção consistente das mesmas e o que encontramos hoje no local, já quando eles chegaram, não era só isso, também eram as antas que também já estão completamente destruídas e vandalizadas e, recuperar esse património é, de facto, muito importante, mas não é fácil e todos eles sabem. Isso implica que haja uma intervenção de especialistas na matéria, não lhes basta a eles olhar e dizer que está estragado, está completamente danificado e a sua recuperação exige uma intervenção muito séria e muito profunda, mas a Câmara Municipal de Sintra e o senhor Presidente Basílio Horta têm garantido que estão empenhados em tentar encontrar uma solução. Em relação ao Centro de Saúde de Belas alguém os enganou, é verdade, ao longo do tempo Belas foi enganada, Belas e Queluz porque em ambas as anteriores freguesias, os Centros de Saúde funcionavam há mais de trinta anos nas condições em que funcionavam. Quando aquele Executivo tomou posse e o senhor Presidente da Câmara Municipal de Sintra, Doutor Basílio Horta, tomou posse já havia um destino para as antigas instalações do Centro de Saúde de Belas serem encerradas e depois serem transferidas para o Centro de Saúde de Monte Abraão, portanto, quanto a isso não tiveram qualquer pronúncia sobre o efeito porque a decisão estava tomada, lamentavelmente, não sabe do passado de Belas, não sabe das reivindicações que se fizeram mas a verdade é que nada sucedeu mas sabe dizer que desde que chegaram os centros de saúde foram prioridade da Câmara e da Junta de Freguesia e das demais Assembleias de Freguesia que entretanto tomaram posse. Nesse sentido, a palavra do Presidente da Câmara Municipal de Sintra foi só uma, construir os centros de saúde em Sintra e, a verdade é que não há mais nenhum concelho no país em que fizeram aquilo que a Câmara Municipal de Sintra e o Doutor Basílio Horta têm feito que é pagar metade dos centros de saúde e, estão concretizados com excepção do Centro de Saúde de Belas porque havia centros de saúde, independentemente de as pessoas terem sido deslocadas para Monte Abraão. Neste caso, a Junta de Freguesia conseguiu que os transportes públicos fossem deslocalizados para que as pessoas de Belas tivessem um transporte directo até ao centro de saúde porque nem isso existia nem tinha sido ponderado sequer, portanto, durante vinte ou trinta anos os centros de saúde estiveram nas mãos não sabe de quem, não sabe que reivindicações é que houve mas a verdade é que nada sucedeu e, acontece que desde finais de dois mil e treze até agora, Sintra está a ser dotada de centros de saúde e o Centro de Saúde de Belas será uma realidade. O compromisso assumido para este, é o compromisso assumido para outros e não vai ficar pendente. É natural que tenha havido prioridades, mas o Centro de Saúde de Belas será uma realidade e todas as diligências têm sido desenvolvidas ao longo do tempo. Também não há mais nenhum concelho no país que vá ter um hospital construído por uma autarquia e eles precisam de um hospital seja ele bom, pequeno, grande, média dimensão, o que quer que seja. São o segundo maior município do país e precisam que olhem para eles, qualquer que seja o Governo, com todo o respeito e consideração porque eles merecem e, nesse sentido, não há exemplo melhor do que aquele que tem acontecido aqui no concelho de Sintra. Por isso, o Centro de Saúde de Belas será uma realidade e a prova é que quer eles, Junta de Freguesia de Queluz e Belas, quer o próprio Rugby tiveram de sair das instalações que estavam a ocupar para que a Câmara, no âmbito da construção do centro de saúde lá possa fazer alterações substanciais, nomeadamente, nas acessibilidades considerando, de facto, o local onde as instalações vão ser construídas mas, também é de salientar que ela, quando chegou ao Executivo e alguns dos elementos que estão no Executivo acompanharam-na então, uns mais cedo, outros mais tarde mas eles

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

assistiram e foram... compreende que tinham existido diversos locais para a construção do Centro de Saúde de Belas mas, nunca nenhum se concretizou ou não houve empenho e ela não vai criticar os autarcas que estiveram naquelas funções anteriormente porque, certamente, todos eles fizeram o melhor que puderam mas a verdade é que nada se concretizou e, eles desde dois mil e treze até agora, não trinta anos mas pouco menos de oito anos têm já um Centro de Saúde de Queluz a funcionar numa antiga escola primária e esse também é um factor que ela entende que todos eles devem e a população sente isso, utilizar equipamentos municipais que estavam ao abandono como foi a antiga escola primária de Queluz e como é esta escola de Belas que é uma escola centenária, linda e é bom que o edifício seja recuperado a bem da população. O local, objectivamente, naquele momento, não é o melhor, mas com as obras que irão ser feitas certamente todos eles poderão vir a dizer que houve ali uma grande mais-valia para os fregueses de Belas. Referiu que o vogal Jorge José falou ali nalgumas obras que têm que ser feitas e que eles reencaminharão para a Câmara porque a competência é da Câmara, mas quer dizer que, de facto Queluz e Belas têm pecado por muito. Como é que é possível justificar que ao longo de tantos anos, nomeadamente, doze anos no mínimo, não tenha havido uma única obra de requalificação e de reparação das vias rodoviárias de Queluz e de Belas. Se calhar já todos eles se esqueceram da Estrada Nacional 117, a tão aclamada «estrada da vergonha» quantos anos aquela estrada esteve naquelas condições, pior que muitas estradas de muitas aldeias, como é que é admissível? Estão no centro do país, estão no segundo maior concelho do país, não era de agora era já de alguns anos a esta parte. Como é que nunca ninguém se preocupou em requalificar aquele espaço, mas, naquele momento, já é um assunto morto e ainda bem porque aquilo que está feito eles não querem que as pessoas valorizem ou digam que está feito, eles querem é as coisas feitas e a população merece, agora a verdade é que eles têm que passar à frente porque está feito e aquilo era uma vergonha para Queluz e Belas mas esta já não é uma prioridade, tal como já não é uma prioridade a Estrada da Barota e tal como já não é uma prioridade a Estrada da Portela por onde as pessoas passavam, não tinham transporte, não tinham passeio, não tinham iluminação não tinham nada. Ela pensa que todos eles se recordam dessas situações e ainda bem que elas são já fruto do passado mas não podem esquecer aquilo que existia e nada nem ninguém consegue explicar como é que durante tantos anos não houve investimento em Queluz e Belas, ele está a ser feito e é verdade que há ainda muita coisa por fazer mas está a ser feito e eles estabelecem prioridades como qualquer uma das freguesias deste concelho, estabelece prioridades com a Câmara Municipal de Sintra e gostariam todos que todas as ruas pudessem estar devidamente alcatroadas e pavimentadas mas vão ter que ir aguentando no sentido de que vão fazendo as prioridades e pouco a pouco vão tentando olhar para outras que também merecem toda a atenção deles mas que, naquele momento, não podem ser consideradas prioridades mas não são esquecidas de forma alguma e, a Câmara Municipal de Sintra tem naquele momento em mãos muitas e muitas delas, algumas já ali apontadas. O senhor vogal falou do Parque Urbano, mas não sabe ao que é que se refere o senhor vogal, e o mesmo informa que é o da Carregueira. A senhora Presidente explica que o «Parque Urbano da Carregueira», naquele momento, tem que ter algumas limitações, e lamentam quer isso quer a ponte verde mas o dinheiro tem que ser canalizado para algumas prioridades, compreendem isso e ainda há pouco tempo o expressou ao senhor Presidente da Câmara Municipal de Sintra, lamentam que tenha que haver estas reduções, mas também compreendem que o dinheiro tem que ser canalizado para outras áreas que naquele momento são prioritárias mas não vão nunca deixar de reivindicar. O projecto do «Eixo Verde-Azul» no qual o Parque Urbano da

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

Carregueira está dependurado, mas ele não vai deixar de ser feito, aliás, já existe parte do concurso em funcionamento, mas está suspenso, não vai deixar de ser concretizado até porque aquilo é uma bandeira deles, é uma bandeira do PS, é uma bandeira da Câmara Municipal de Sintra e a requalificação ambiental e territorial em Queluz e Belas não pode deixar de ter o olhar deles.-----

A Presidente da Mesa deu a palavra ao vogal Hugo Frederico que referiu que apenas iria responder ao senhor vogal António Brás e diz recordar com muita saudade os nomes que há pouco o senhor vogal referiu e que quando discutiram essa questão, numa Assembleia de Freguesia de Queluz já há mais tempo passado do que aquele que ele gostaria de lembrar e, o exemplo que as pessoas que frisou, o Mário Marinheiro do PSD, o Sérgio Soares do PCP e o seu camarada que muita saudade tem dele o Manuel Cunha Alves, o que foi dito e aquilo que ficou na sua memória foi que tal como os terrenos do Atlético de Queluz, aqueles terrenos que foram cedidos ao Atlético de Queluz para construir o Pavilhão tiveram, de facto, uma cláusula de reversão automática caso o que lá fosse construído não fosse de índole social, desportivo ou cultural. Havia, de facto, essa cláusula que revertia para os herdeiros do Paulo Reis Gil. Essa cláusula depois, como se recorda o Atlético de Queluz a determinada altura da década de oitenta fez aquela torre que não existia junto ao pavilhão por troca com a sede do Atlético que ficava na António Ennes ao lado dos correios, onde hoje está um prédio gigantesco de habitação ao lado do famoso Centro Comercial que há pouco foi aqui citado, essa torre foi feita para que o Atlético de Queluz tivesse lá mais valências desportivas, outras modalidades, nomeadamente, a ginástica, o *karaté*, o judo e outras e, os terrenos eram obrigatoriamente utilizados para questões sociais, desportivas ou culturais do que se recordo era o terreno onde está hoje implantado o CBESQ. O CBESQ e a parcela ao lado do CBESQ são obrigatoriamente para equipamentos sociais, culturais ou desportivos. A parcela maior que fica em frente àqueles prédios de habitação que pertencem ao Ministério da Defesa Nacional e ainda hoje pertencem porque há uma parte da Rua Paulo Reis Gil que é pertença do Ministério da Defesa e outra parte que não é, onde era a antiga manutenção militar é o final dos prédios do Ministério da Defesa que são a mesma parcela do terreno onde hoje está a ser construído o «Continente». Esse terreno estava e sempre esteve, daquilo que se recorda e que conhece e daquilo que depois de serem confrontados com a obra, porque a Junta de Freguesia também «não foi tida nem achada» na obra. A Câmara licenciou, fez, e ele foi à procura do que se passava porque a dúvida que assaltou o senhor vogal também o assaltou a ele e como não se recordava foi ver. De facto, aquele terreno é para serviços ou instalações desportivas, sociais ou outras mas, não tem nenhuma cláusula de reversão até porque aqueles terrenos são do Ministério da Defesa mas, se quer que ele lhe diga, ele prefere ter ali um «Continente» do que ter aquele terreno ao abandono a servir de ferrovelho, a servir de estacionamento perfeitamente caótico, a servir para actividades, se calhar, pouco lícitas, a servir para tudo menos para um efeito que possa servir a população mas, também sabe que o parque de estacionamento que vai servir o «Continente» estará aberto vinte e quatro sobre vinte e quatro horas com usufruto da população, ou seja, aquele «caos» que hoje existe em virtude da decorrência das obras, porque não podem querer obras e não querer os constrangimentos que as obras trazem, esse parque de estacionamento que tanto quanto se recordo terá capacidade para cerca de duzentas e oitenta, trezentas viaturas será colocado vinte e quatro sobre vinte e quatro horas à disposição da população. É isto que ele se recordo, não o choca rigorosamente nada ter ali um serviço seja ele qual for, é um «Continente», mas podia ser outro qualquer, ter ali um equipamento que sirva as necessidades das pessoas e, também lhe diz que se

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

está ali um supermercado foi porque houve um estudo de mercado, houve alguém que estudou e percebeu que havia ali uma oportunidade de negócio, quer queiramos quer não e que serve as populações. Não se podem esquecer que num raio de cinco quilómetros têm cem mil pessoas, porque apanham grande parte da Amadora, apanham uma parte da freguesia de Massamá-Monte Abraão, apanham Queluz, apanham uma franja de Belas e, portanto, é natural que este tipo de actividade económica procure espaços daqueles para ter a sua actividade económica que é legítimo, o que ele acha é que eles devem todos, não é congratularem-se mas, acha é que o espaço deve estar requalificado porque pior do que estava não vai ficar. Portanto, aquilo que sabe e aquilo que se recorda é que estabelecimentos sociais, culturais ou desportivos é de facto numa parcela ao lado de onde está o CBESQ, aquela que serve de estaleiro, serve de parque de estacionamento do liceu de Queluz para os senhores professores, serve para quando há eleições porem lá os carros deles quando vão para as mesas de voto mas, é aquilo que se vê, é terra batida, é pó no Verão e lama no Inverno, portanto, mal ou bem é uma mais-valia, é mais um serviço que têm. Isto é o que se lembra, houve essa recomendação e lembra-se da discussão que houve e do consenso alargado que houve e lembra-se, acima de tudo, da elevação que essa discussão teve, do respeito que tiveram sempre uns pelos outros e lembra-se das lições de política que qualquer um tirava daquelas Assembleias de Freguesia, de facto, feitas com pessoas de grande carisma e de grande tarimba política e que eles, infelizmente, às vezes se esquecem dela e confessa que cada vez que ali está gostava muito de os ver e, infelizmente, já não temos essa possibilidade de os ver ali mas ele sabe que onde quer que estejam estão a assistir como sempre o fizeram quando não eram eleitos, quando não tinham uma voz mais activa, quando eram do Executivo ou da Mesa ou quando eram meros vogais, sempre os acompanharam e ele quer acreditar que ainda hoje os acompanham e isso também lhes dá força para seguir com o exemplo deles para a frente. Lembra-se disso, tem a idêia que aquela versão é um bocadinho complementar da versão do vogal António Brás, mas acha que foi isso que aconteceu, tem idêia que aquele terreno, aquela parcela em concreto não estava vinculada para aqueles três fins, social, desportivo ou cultural. O vogal Filipe Borregana (CDU) referiu que quer dar duas notas em relação à resposta da senhora Presidente e a primeira é que a população de Belas continua a sentir-se enganada até ter mesmo um centro de saúde instalado e com médicos, continua-se a sentir enganada e já vem detrás e como «gato escaldado de água fria tem medo», mas «o que lá vai, lá vai» foram outros tempos. Quem fechou aquela escola que é lindíssima e ele conhece-a bem, também todos eles têm na memória quem foi e que além dessa escola fechou a da Venda Seca e, além dessa também tirou a da Carta Educativa de Sintra a E. B. 2+3 da freguesia de Belas que era para não terem tanta gente no Liceu Padre Alberto Neto e isso também lhe está bem na memória porque há quem tenha memória curta e há certas coisas que a ele não lhe tiram. Quanto às pegadas, também é um assunto que já vem de longa data, mas não vão é continuar a deixar andar, não, vamos fazer. Relativamente ao colapso da «Anta da Pedra dos Mouros» também não foi com este Executivo, não foi com o Executivo anterior, a senhora Presidente referiu que está completamente vandalizada, o senhor vogal refere que ele tem outras teorias, mas são da «conspiração». A «Galeria Coberta do Pêgo Longo» foi destruída por um funcionário da Câmara, mas o funcionário não tem culpa nenhuma porque aquilo não estava devidamente identificado, ele viu ali umas pedras tão feitosas para pôr no muro de sustentação de terras da biblioteca, era só chegar ali e agarrar, aquilo não estava identificado, esperam que com as pegadas isto não aconteça. -----
O vogal Pedro Caldeira (PS) referiu que espera que não levem a mal e não interpretem mal a intervenção dele

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

mas e o que ele queria expressar em nome da bancada do PS foi que ouviu atentamente, como é usual, as exposições dos senhores vogais das restantes bancadas, algumas mais acaloradas que outras mas, não lhe compete a ele dar lições a ninguém de ética ou de postura, no entanto, contrastam e isso ele notou e não é muito difícil e julga que os elementos do público que ali estejam e que tenham acompanhado não só aquela Assembleia como as restantes, têm em conta e ouvem as exposições do Executivo, a maior parte das vezes por parte da senhora Presidente do Executivo, a senhora Presidente da Junta e, ela responde com a máxima serenidade, procura esclarecer sem levantar a voz, sem fazer «teatros» e houve da parte de um outro membro do Executivo, hoje, o senhor tesoureiro, uma exposição serena contra algo em relação à apresentação de uma suposta reclamação de algo que não estaria muito correcto e até seria algum ilícito feito contra qualquer coisa que tinha sido determinado em mil novecentos e noventa e três ou antes, por outros Executivos. Escutou as exposições e as reclamações dos senhores vogais que são absolutamente legítimas nos tons e nos termos que quiserem, mas se calhar, alguma razão há para que o PS continue a ser eleito no concelho, ser eleito na Junta e, se calhar, até a nível nacional de um modo diferente, pode ser olhado pelos eleitores, pelo público em geral. Não é um mero acaso, mas o que acontece é que algo que os diferencia dos outros grupos parlamentares ou dos outros autarcas é que o PS à vista de todos não caberá, por exemplo, num táxi. -----
O vogal Octávio Costa (CDS) referiu que, inicialmente, a anterior intervenção não lhe estava, como se diz comumente, a «servir a carapuça», não obstante, entende ser um desrespeito para com aquele órgão deliberativo. Considera que o vogal do PS tinha começado tão bem a intervenção que fez, dizer que alguns grandes senhores moralistas do PS têm tido intervenções parcimoniosas e não têm feito piadas e depois termina a sua intervenção com uma piada tão ofensiva como essa. -----
A Presidente da Mesa da Assembleia passou à leitura e votação da ata em minuta.-----
Votação: A favor 19 (PS – 9; PSD – 2; CDU – 3; BE – 2; CDS – 1; Ana Brinco – 1; Glória Albuquerque – 1).-----
A ata em minuta foi aprovada por unanimidade.-----
Assim, e não havendo mais assuntos a tratar deu-se por encerrada a reunião, cuja ata foi redigida por mim, João Paulo Vitorino da Silva, e que depois de lida e aprovada vai ser assinada pela Presidente da Mesa da Assembleia que a presidiu e pelos secretários. -----

A PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE QUELUZ E BELAS


(Ana Cristina Rosado Brinco)


1º SECRETÁRIO

(João Paulo Vitorino da Silva)

2º SECRETÁRIO

(Tatiana Sofia Ferreira Penedo)



Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Queluz e Belas

SAUDAÇÃO À ESCOLA PÚBLICA

A Escola Pública foi uma das primeiras instituições da Democracia a ter de responder rapidamente à pandemia da covid-19, criando um ensino não-presencial de emergência a partir dos recursos pessoais dos professores e dos alunos, e servindo de apoio à comunidade através do acolhimento dos filhos dos trabalhadores dos serviços essenciais e das refeições que continuou a fornecer aos beneficiários da ação social escolar;

Reveladas as limitações e os riscos sociais, pedagógicos e psicológicos do ensino a distância, a Escola Pública teve de se preparar, mesmo com recursos limitados, para receber milhares de crianças e jovens em condições de segurança neste ano letivo que agora se inicia.

O regresso ao ensino presencial é hoje um consenso na sociedade portuguesa, tão grande ou maior do que aquele que levou ao seu encerramento. Mesmo sabendo que há riscos no regresso, que há dúvidas, pior seria a certeza de uma geração sem educação.

As escolas, as direções, os profissionais de educação estão a fazer tudo o que está ao seu alcance para garantir que o início do ano letivo acontece nas melhores condições possíveis.

No entanto, são evidentes as dificuldades: a instabilidade criada por um corpo docente envelhecido com milhares de professores pertencentes a grupos de risco; a falta de funcionários provocada por uma portaria de rácios desadequada e cujo reforço devido à pandemia ainda não chegou às escolas; o desafio de adaptar os espaços físicos às necessidades de distanciamento.

É inegável que a tarefa das Escolas seria facilitada se Escola Pública estivesse apetrechada com docentes mais jovens, com reforço da contratação de professores e um plano do Governo que permitissem a redução do número de alunos por turma e a adaptação das escolas ao contexto da pandemia. A pandemia mostrou que o investimento na Escola Pública, além de um desígnio, deve ser uma prioridade nacional.



Assim, a Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Queluz e Belas reunida a 29 de Setembro de 2020, ao abrigo do artigo 9.º, n.º 2, alínea j) e k) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, delibera:

1. Saudar a mobilização e o empenho da Escola Pública na resposta aos desafios lançados pela pandemia da covid-19, demonstrando uma vez mais o seu papel essencial no cumprimento dos ideais democráticos da igualdade e da justiça social;
2. Saudar os professores, os profissionais não-docentes, os alunos e as suas famílias pelo esforço coletivo para garantir a missão pedagógica e comunitária da Escola Pública.
3. Declarar o compromisso desta autarquia na defesa da Escola Pública e no apoio a todas as Escolas para enfrentar os desafios da pandemia de COVID-19.

Queluz e Belas, 29 de Setembro de 2020

O Grupo do Bloco de Esquerda

Caso aprovada, enviar esta saudação às Escolas Públicas e Agrupamentos de Escolas da União de Freguesias.



PCP-PEV



Moção

Repor as freguesias extintas – um imperativo democrático

O processo de agregação/extinção de 1168 freguesias, no âmbito da chamada Reorganização Administrativa do Território, imposto pela Lei n.º 11-A/2013, de 28 de Janeiro, em execução da Lei n.º 22/2012, de 30 de Maio, da maioria PSD e CDS, mereceu generalizada contestação e oposição das populações e da esmagadora maioria dos órgãos autárquicos.

Ao contrário do propagandeado, a extinção de freguesias, na generalidade, não trouxe ganhos financeiros nem contribuiu para o reforço da coesão territorial, antes acentuou as assimetrias regionais já existentes. Ao encerramento de inúmeros serviços públicos pelo país, a extinção de freguesias, veio ainda esvaziar e agravar mais a vida em muitas localidades, em particular nas zonas rurais e de interior, onde a freguesia era a entidade que restava, deixando as populações ao abandono.

Perdeu-se a proximidade dos eleitos com as populações, com a redução de cerca de 20 mil eleitos de freguesia; dificultou-se a capacidade de intervenção na resolução de problemas; perdeu-se a identidade de cada freguesia e reduziu-se a capacidade de reivindicação das populações e dos seus órgãos autárquicos.

Nas freguesias de Queluz e de Belas não foi diferente, reduzindo para metade o número de eleitos nos órgãos deliberativos e executivos o que se traduz em menos representantes da população nestes órgãos e conseqüentemente na diminuição da proximidade com aqueles a quem realmente servimos. A agregação destas freguesias levou também à criação de uma mega freguesia com características acentuadamente distintas, com mais de 50 mil habitantes e mais de 24 Km quadrados, área superior, por exemplo, à da totalidade do concelho vizinho da Amadora. Relativamente aos serviços, vimos, após esta agregação, o encerramento de serviços essenciais como a Caixa Geral de Depósitos e do Centro de Saúde de Belas e dos CTT no Casal da Barota, confirmando assim que esta lei só veio prejudicar a sua população em vez de resolver os seus problemas e anseios.

Na legislatura 2013/2017, foram apresentadas iniciativas legislativas na Assembleia da República, com o objetivo de repor, as freguesias extintas, de acordo com a vontade das populações e dos órgãos autárquicos, e com eleições em 2017. Estas iniciativas foram rejeitadas com o voto do PS, PSD e CDS. O PS, numa fuga para a frente avançou com uma Resolução recomendando ao governo a avaliação do processo para posterior decisão.

De então para cá as populações de norte a sul do país continuam a reivindicar a reposição das freguesias extintas contra a sua vontade.

Os últimos Congressos da ANAFRE realizados em 2018 e 2020 colocaram como exigência a reposição das freguesias extintas contra a sua vontade.

Desde 2018 que o Governo PS anunciou ir apresentar uma lei de criação de freguesias, que permitiria corrigir os erros criados pela extinção de freguesias imposta pelo governo PSD/CDS.

O PCP já voltou a apresentar, em Dezembro de 2019, novo projecto de lei de reposição de freguesias, que aguarda agendamento.

A reposição de freguesias exige uma lei simples e objectiva, que respeite a vontade das populações.

A reposição das freguesias extintas, com eleições em 2021, é um acto de inteira justiça, é uma exigência democrática.

Assim, a Assembleia da União das Freguesias de Queluz e Belas reunida a 29 de Setembro de 2020 delibera:

1 – Reclamar do Governo e da Assembleia da República, as medidas legislativas necessárias para reposição das freguesias extintas contra a vontade das populações e dos respectivos órgãos autárquicos;

2 – Reclamar que todo o processo esteja concluído de forma a assegurar as eleições no acto eleitoral de 2021.

Se aprovada, esta moção deve ser enviada a:

- Primeiro Ministro
- Grupos Parlamentares da Assembleia da República
- ANAFRE
- ANMP
- Câmara Municipal de Sintra
- Assembleia Municipal de Sintra
- Comunicação Social



PCP-PEV



Moção

Suplemento de insalubridade, penosidade e risco

O Decreto-Lei n.º 53-A/98, de 11 de Março, que «regulamenta as condições de atribuição dos suplementos de risco, penosidade e insalubridade» consagrou as figuras de compensações, suplementos e demais regalias a atribuir em função de algumas particularidades específicas do trabalho prestado no âmbito da Administração Pública, cuja regulamentação nunca foi efetuada, em prejuízo dos trabalhadores que nunca viram os seus direitos devidamente garantidos.

Com a publicação e entrada em vigor da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, foi revogado expressamente o Decreto-lei n.º 53-A/98, de 11 de Março, ficando previstos os suplementos remuneratórios, como componentes da retribuição, sem no entanto, os designar e/ou regulamentar, continuando os trabalhadores a executar trabalho em condições de risco, penosidade ou insalubridade sem qualquer reconhecimento da sua condição, nem do pagamento da compensação devida.

A obrigatoriedade do pagamento dos suplementos remuneratórios, passa a estar tipificada na Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas, a qual revoga a Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, mas na verdade sem determinar o seu âmbito de aplicação, regras de cálculo e modo de pagamento destes suplementos, bem como dos respetivos complementos a atribuir em acréscimos aos referidos suplementos, permanecendo esta obrigatoriedade num vazio e os trabalhadores visados sem o pagamento de qualquer suplemento e/ou complemento que compense os danos eventuais ou efetivos do trabalho executado em condições de risco, penosidade ou insalubridade.

No decurso da difícil situação de pandemia que vivemos, ficou demonstrada a importância da atribuição do suplemento de insalubridade, penosidade e risco. Os trabalhadores da administração local, dos Municípios e das Freguesias, de diversos sectores, desde a proteção civil, à recolha de resíduos, aos serviços de água e saneamento até à limpeza urbana, desempenharam um papel essencial e são dos trabalhadores mais expostos ao risco de contágio durante a epidemia da covid 19, tendo um maior nível de penosidade e risco nas funções que desempenham em qualquer circunstância.

O papel dos trabalhadores das autarquias que asseguram os serviços essenciais, com forte exposição ao perigo, deve merecer não só o aplauso de todos, mas uma valorização efetiva.

É tempo de regulamentar o suplemento de insalubridade, penosidade e risco. A aplicação do suplemento deve estar dependente da efetiva execução de tarefas ou do exercício de funções em condições de risco, em condições de penosidade, em condições de insalubridade, ainda que se encontrem reunidas as condições de segurança legalmente definidas para o desempenho das mesmas.

Assim, a Assembleia da União das Freguesias de Queluz e Belas reunida a 29 de Setembro de 2020 reclama a regulamentação do suplemento de insalubridade, penosidade e risco na Administração Pública e a sua atribuição aos trabalhadores da administração central e local, que exercem funções em situações de penosidade, insalubridade e risco, com carácter de urgência.

Se aprovada, esta moção deve ser enviada a:

- Primeiro Ministro
- Grupos Parlamentares da Assembleia da República
- ANAFRE
- ANMP
- Câmara Municipal de Sintra
- Assembleia Municipal de Sintra
- Comunicação Social